



III Jornada Internacional  
Semântica e Enunciação



2021



**PROPOSTA DO SIMPÓSIO TEMÁTICO:**

## **DISCURSO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA**

Isadora MACHADO<sup>1</sup>

Jefferson VOSS DOS SANTOS<sup>2</sup>

**RESUMO:** A conjuntura política neoliberal e neoconservadora que se consolida e se anuncia para a segunda década do século XXI demanda práticas educacionais consequentes com este momento político. Nessa conjuntura, é notável a disputa pela interpretação de materialidades discursivas (Orlandi, 1999) formuladas, produzidas e circulantes na Educação. É preciso também ressaltar que, nessa conjuntura, determinadas posições discursivas vêm recebendo a predicação de “*viés ideológico*” na mesma medida em que se oculta e se recobre o funcionamento ideológico das posições neoconservadoras no Brasil: as esquerdas e mesmo o centro liberal seriam *ideológicos* conforme acenassem, imaginariamente, para qualquer perspectiva de construção de práticas políticas para os direitos humanos, vide a circulação do termo “*ideologia de gênero*” ou a defesa de uma “*educação sem partido*”. Nesse sentido, no simpósio *Discurso, Educação e Política*, objetiva-se agregar e pôr em diálogo trabalhos preocupados com: a) censura, silêncio e silenciamento em todos os níveis e modalidades educacionais; b) argumentação e efeitos de verdade e falsidade nos discursos na/da/sobre a educação; c) escola e universidade na produção, legitimação e circulação de saberes; e d) lugares de fala/de subjetivação na Educação; e e) políticas da/na Educação. Espera-se que os trabalhos conversem com as encruzilhadas interseccionais do feminismo negro, do transfeminismo e de outras epistemologias minoritárias, a fim de pensar as hegemonias produzidas pela colonização. Isso porque, conforme demonstra Akotirene (2018), quando o fator interseccional não é contemplado na produção de políticas públicas, trazendo assim em seu bojo políticas espontâneas, os resultados para toda a sociedade é a reprodução da necropolítica (Mbembe, 2018). É preciso, portanto, pensar as práticas educacionais nessa conjuntura política, em que o discurso assume um lugar fundamental. Propomos, então, a mobilização de autorxs que fundamentam essas inquietações, tais como bell hooks, Paulo Freire, Grada Kilomba, Ana Lúcia Silva Souza, Eni Orlandi, Cláudia Pfeiffer, Marisa Silva etc., a fim de aglutinar trabalhos que denunciem as políticas educacionais contemporâneas e/ou proponham desafios e intervenções para a próxima década. Nosso desafio está no horizonte colocado por Édouard Glissant (1997): agir localmente e pensar com o mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Política. Educação. Século XXI.

---

1 Professor Adjunto 1 no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (isadoralmac@gmail.com)

2 Professor Adjunto A1 no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (jeffersonvoss@gmail.com)



III Jornada Internacional  
Semântica e Enunciação



2021



**RESUMOS APROVADOS:**

**A CRISE COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNO:  
EMBATES DISCURSIVOS E A “CRISE DA UERJ”**

Ariane OLIVEIRA (UERJ)  
ariane.o.sousa@gmail.com

**RESUMO:** A política neoliberal não está atrelada, somente, a aspectos econômicos; ela produz subjetividades a partir da produção do medo, da instabilidade, do individualismo. Um dos mecanismos utilizado por essa forma de governo é a constante produção de crises, que criam um ambiente de insegurança, desestabilizando instituições, relações entre sujeitos e desencorajando a coletividade. Partindo disso, este trabalho tem como objetivo percorrer as linhas de força que compõem a crise universitária no Brasil, discutindo os efeitos que práticas de *governamentalidades neoliberais* (FOUCAULT, 2008) vêm provocando nas universidades públicas. Para isso, serão analisados textos de opinião publicados em mídias digitais cujo tema seja o período que ficou conhecido como "crise da UERJ", buscando as formas como determinadas *práticas discursivas* (MAINGUENEAU, 1997) geram discursos que são capazes de, ao mesmo tempo, produzir e manter a crise. No entanto, o que se pretende com esse material não é uma mera representação de um momento histórico, mas sim discutir de que forma determinados poderes se exerceram sobre ele e fizeram com que ele fosse dispositivo de produção de subjetividades em um dos períodos mais críticos pelo qual a Universidade do Estado do Rio de Janeiro já passou. Partindo, então, de um olhar cartográfico (DELEUZE E GUATTARI, 2011) para a produção discursiva desse período e do levantamento de certos *pressupostos* (DUCROT, 1987) presentes nos textos, busca-se como a multiplicidade de forças que compõem o embate discursivo acerca da “crise da UERJ” pode se manifestar discursivamente. O interesse por esse embate parte de uma pesquisa desenvolvida durante o mestrado em que se tenta encontrar formas de desnaturalizar a concepção de crise, que tem sido utilizada constantemente por governos para criar maneiras de justificar práticas que favorecem somente ao mercado, em detrimento de políticas públicas que estejam voltadas para o interesse da maioria da população. Entendendo que a linguagem não é somente uma representação do real, pois possui a capacidade de intervir na realidade (ROCHA, 2006), acredita-se que, com a análise das pistas linguísticas dos textos escolhidos, é possível destacar a dimensão política dos discursos e trazer à tona o embate de forças que se constroem em determinadas práticas discursivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governamentalidade. “Crise da UERJ”. Prática discursiva. Cartografia

# EXTREMA DIREITA E EDUCAÇÃO: O PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Dener Gabriel FERRARI (UTFPR/UNICAMP)  
[ferraridenergabriel@gmail.com](mailto:ferraridenergabriel@gmail.com)

Márcia Andrea dos SANTOS (UTFPR)  
[marsan@utfpr.edu.br](mailto:marsan@utfpr.edu.br)

**RESUMO:** O processo de militarização de escolas públicas tem início em 2014, em Goiás. A partir da publicação da Lei estadual N° 18.108, de 25 de julho de 2013, 10 colégios subordinados à SEDUC passaram a ser dirigidas pela Polícia Militar. Essa política goiana de “gestão mista” – professores da SEDUC e dirigentes da PM – se espalhou rapidamente pelos demais estados brasileiros e, em 2019, chegou ao governo federal por meio do decreto federal n° 10.004, de 5 de setembro de 2019, que cria o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim. De acordo com o decreto, a finalidade do programa é promover melhorias no ensino fundamental e no ensino médio, especialmente as escolas em regiões de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no IDEB. Assim, sendo o Pecim uma das principais iniciativas do governo Jair Bolsonaro destinada à educação básica, buscamos, nesta comunicação, analisar o decreto nacional que cria esse programa, outros documentos oficiais que o regulamentam e as coletivas de imprensa dadas pelo ministro da educação ou outros representantes do programa. Para tanto, assumimos a posição teórica da Análise de Discurso, tomando os estudos de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Freda Indursky como norte. Ademais, também trazemos à baila outras considerações provenientes de autores do campo da educação, como Paulo Freire e Pierre Bourdieu, por exemplo. Olhamos, especificamente, como o professor, o aluno, os conteúdos curriculares e a comunidade escolar (objetos básicos do discurso pedagógico) são representados nesse programa nacional e se há sentidos censurados sobre esses elementos. Esperamos que os resultados das análises que aqui traçaremos, ofereçam subsídios para um amplo debate na sociedade brasileira acerca dessa proposta e de outras que o atual governo vem implementando.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso. Discurso Pedagógico. Escola cívico-militar. Silenciamento.

## BANDA QUILOMBO DO RIO DAS RÃS: ENTRELACE SIGNIFICANTE NO REFORÇO E RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

Elisabete Tâmara Galvão dos Santos (UESB)<sup>3</sup>

**RESUMO:** Desde o período escravista, os quilombos eram vistos como “refúgio de negros escravos fugitivos”. A partir dos anos 70 e 80, o conceito de quilombo foi recolocado no contexto nacional, muito em virtude das políticas públicas e leis que garantiam a posse da terra. Hoje, as comunidades rurais remanescentes quilombolas localizadas no estado da Bahia, se apóiam na memória e história de seus sujeitos para criar movimentos artísticos na direção de legitimar seu pertencimento aos espaços sociais distintos – rurais e urbanos – aos quais muitas vezes sua presença foi e é negada, bem como sua identidade e o sentido de pertença entre os jovens da comunidade. Os múltiplos recursos de linguagem – corporificados em letras, ritmos, edição gráfica e expressão corporal – dos quais os componentes da Banda lançam mão no processo de produção do DVD serão tomados como objeto de investigação no intuito de demonstrar a importância da arte enquanto prática social mobilizadora do reforço das conquistas e disputas sociais, do sentido de pertença, da preservação da história e identidades do seu povo e da reafirmação do quilombo enquanto espaço simbólico de resistência à escravidão. Identificar e analisar, em vídeo da Banda Quilombo do Rio das Rãs e em fontes escritas e orais relacionadas ao processo de produção e difusão do DVD, os recursos de linguagem voltados ao auto-reconhecimento e à construção identitária de jovens da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. A análise será realizada a partir da compreensão da história de formação dos quilombos no Brasil, sobretudo, no estado da Bahia, tendo em vista que o Quilombo do Rio das Rãs, onde nasceu a referida Banda, está localizado no oeste baiano, próximo ao território do Médio São Francisco, município de Bom Jesus da Lapa. Em seguida, partiremos para as políticas públicas de incentivo a cultura do estado, as quais possibilitaram a elaboração do DVD, em sua produção e execução. Serão levados em consideração, também, a produção bibliográfica relativa a processos de construção identitária entre comunidades quilombolas, além de documentos jurídicos e normativos relacionados a esses processos, como as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Quilombola e, principalmente, a análise do material gráfico do DVD, a partir de suas imagens e elementos que permeiam a materialidade discursiva, considerando os aspectos lingüísticos e performáticos presentes no DVD.

**Palavras-chave:** Identidade. Arte. Linguagens. Quilombolas.

---

3 Mestranda do Programa de Pós-graduação Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Especialista em Educação e Diversidade Étnico-racial pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

## IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO DISPOSITIVO DE SILENCIAMENTO

Juliana RETTICH (UERJ)  
jsrettich@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo analisar o Projeto de lei 867/2015, Programa Escola Sem Partido (ESP), a fim de compreender as produções de sentido da palavra ideologia, quando a redação do projeto separa esse termo de política, moral e religião. Ele é o resultado da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Língua, Especialidade Linguística, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Para isso, busquei formar uma rede discursiva, a partir da construção do corpus que se deu por meio do PL 867/2015 e seus apensados, além do PL 14111/2015, que tipifica como crime o chamado assédio ideológico em sala de aula, junto às denúncias de pais, diante do que eles consideram doutrinação em sala de aula, no site Movimento Escola Sem Partido (MESP). Como era necessário fazer um mapeamento desses discursos, o método utilizado foi o da cartografia. A principal conclusão a que cheguei é a de que essa chamada doutrinação ideológica só o é quando o MESP se refere a discursos que seriam mais ligados às ideologias de esquerda, segundo eles, e mais especificamente às causas voltadas à igualdade de gênero, movimento feminista e movimento LGBTQI+, definidos pelos apoiadores do Escola Sem Partido como movimentos da ideologia de gênero. É exatamente a este resultado que lançarei luz, para discutir por que hoje se proliferam vários textos não apenas definindo o que é ideologia de gênero, como também combatendo essa chamada ideologia, com a alegação de que é mais uma forma de a esquerda implementar uma suposta ditadura. O trabalho foi feito a partir dos conceitos da Análise do Discurso de base enunciativa, mais especificamente com os conceitos de vocabulário e interdiscurso, do Dominique Maingueneau, e com os de biopolítica e interdição dos discursos, de Michel Foucault. Já para a escolha do método de pesquisa, foram usados os conceitos de Gilles Deleuze e Félix Guattari relacionados ao rizoma e à cartografia que estão presentes no livro *Pistas do Método Cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, organizado por Eduardo Passos, Virgínia Katrup e Liliana da Escócia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola Sem Partido. Doutrinação. Ideologia de Gênero.

**DIÁLOGO ENTRE DISCIPLINAS: UMA POSSIBILIDADE**  
**METODOLÓGICA PARA A PRÁTICA DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA**

Mariana Vidal de Vargas (UERJ)  
Taís de Santana Ferreira (UFRJ)

**RESUMO:** Diante das dificuldades enfrentadas pela escola pública, é imprescindível atribuir sentido às práticas que conseguimos efetivar a fim de dar continuidade à busca de caminhos para uma educação transformadora. É nessa tentativa - a de significar nossa prática docente - que revisitamos para essa comunicação um projeto interdisciplinar desenvolvido no segundo semestre de 2018. A proposta inicial era a de organizar um processo eleitoral para a escolha de um representante do corpo discente da EJA noturna de uma escola municipal de Araruama (RJ). Esse projeto surgiu como atividade comum às disciplinas de Geografia, Língua Portuguesa e Produção Textual, mas agregou no seu desenvolvimento a disciplina de Matemática também. O contexto político que vivíamos, às vésperas das eleições presidenciais, ao mesmo tempo que favorecia a atividade devido ao interesse coletivo pelo tema, ameaçava-a, pois educação estava também no centro de uma disputa ideológica intensamente polarizada. A partir de uma concepção pedagógica alinhada a Paulo Freire, compreendendo que é impossível esvaziar o processo educativo de sua natureza política e visando a oportunizar experiências em que os alunos pudessem de fato protagonizar a construção do conhecimento, desenvolvemos com eles um censo demográfico que definiu o perfil daquela comunidade escolar, montamos chapas que se candidataram e participaram de um debate mediado por outros alunos. Percebemos, ao longo das atividades, um crescente interesse por questões referentes à escola, que resultou na inclusão de vários alunos cujas posturas eram refratárias a quase toda proposta feita em ambiente escolar. O projeto culminou na exposição de um mural na feira de ciências, no qual os alunos demonstraram com gráficos os dados levantados pelo censo, bem como citaram as propostas de ações de melhoria elaboradas no debate. Ao refletir sobre as aulas desse projeto e sobre os indivíduos que dele fizeram parte, deparamo-nos com a conclusão (para muitos, talvez, perturbadora) de que há brechas - universais no que tange à permanência e singulares no que se refere às metodologias adotadas - que permitem à escola cumprir o seu papel social. Atribuímos, contudo, o sucesso da iniciativa aqui divulgada a um componente acessível a toda escola e, ainda assim, raro: o fazer coletivo e democrático.

**PALAVRAS-CHAVE:** Docência. Interdisciplinaridade. EJA. Democracia.

## EL PROFESOR: UN SER MARGINAL EN LA ERA DE LA MERCANTILIZACIÓN EDUCATIVA

Noelia Anahí Sarabia Sáenz (Universidad de Sonora)  
scribavirtual@gmail.com

**RESUMEN:** Durante la década de los años setenta aparece en el panorama mundial el neoliberalismo, el cual, fundamentado en la libertad individual como pilar de la civilización, se presentaba como la mejor solución a la fuerte crisis económica que en ese momento se vivía. La propuesta requirió el apoyo de un aparato estatal que garantizara las condiciones para desarrollarse, por lo que aquellos países que decidieron adoptar este nuevo modelo, dieron inicio a una serie de modificaciones institucionales y legales que afectaron casi todos los ámbitos sociales, entre éstos la educación. El capital humano y el conocimiento se erigieron como factores productivos de importancia y el sistema educativo debía ser capaz de cubrir los reclamos de aprendizaje permanente, a la par que sirviera de apoyo para implementar y sostener el modelo neoliberal. Latinoamérica, no quedó ajena a los cambios y, desde 1990, los sistemas educativos latinoamericanos han sufrido reformas y la implementación de mecanismos que, a lo largo de los años, han transformado a la educación en un bien más, sometido a las lógicas de la competencia y el mercado: (auto) aprendizaje constante, útil y funcional que posibilite la rápida inserción laboral; instituciones públicas auto gestionables, unidades de producción en competencia abierta por atraer clientes. Lo anterior, a su vez, ha configurado nuevas subjetividades para los sujetos educativos, sobre todo para el estudiante y el profesor, quienes en este nuevo esquema fungen, el primero, como cliente de un servicio y, el segundo, como mero facilitador de contenidos. ¿Qué hacer ante esta precarización de la labor profesoral? Jorge Larrosa responde: “a veces, para ser un verdadero profesor no queda otro remedio que incumplir las normas que se sobre-imponen al oficio” (Larrosa y Rechia, 2018: 301). De este modo, esta ponencia se propone desarrollar la posibilidad de contrarrestar la subjetividad del facilitador con la subjetividad del profesor como el ejecutante de un oficio que, a través del amor a su materia, a la escuela y a su trabajo, posibilita la discusión crítica, el desarrollo del pensamiento y la atención en los estudiantes, construyéndose, así, una grieta en el sistema neoliberal, una rebeldía al interior del aula, donde el estudio y el compartir sucedan y permitan entender la realidad circundante y generar una resistencia ante las estructuras dominantes que nos permitan transformarla.

**PALABRAS CLAVE:** educación. Neoliberalismo. Subjetividad. Profesor.

## LOBBYING NA PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Renata Chrystina Bianchi de BARROS (PPGCL-UNIVÁS)  
renatabiabarros@gmail.com

**RESUMO:** A partir de uma posição fundamentalmente discursiva, esta pesquisa interroga a produção de políticas públicas de educação a fim de pensar o modo como o Estado, filiado à rede de sentidos neoliberal para a produção de políticas de educação, age como um aparelho produtor de consenso que determina as práticas sociais/escolares pelas quais distribui a força de trabalho disfarçada de produção de bem-estar social. Para isso, analisa-se recortes de um *corpus* que aponta para práticas que visam, como estratégia, à produção de agenda para a elaboração de políticas públicas, isto é, o planejamento que parte da observação do que se apresenta como urgente em relação à situação social e os recursos disponíveis para posterior mobilização. O material analisado compõe o arquivo da 12ª Conferência Legislativa sobre Liberdade de Expressão, promovida pela Câmara dos Deputados no ano de 2018, na qual o tema principal de debate foi a “explosão de *fake news*” ocorrida nos últimos anos. A partir das discussões percorridas ao longo do evento a temática da educação midiática foi enredada como interesse público numa disputa pelo predomínio na distribuição e na organização dos sentidos de urgência social ali postos em funcionamento. Aponta-se, nesta pesquisa, para a importância deste modo de atuação estratégica na formulação de documentos que legislam e regimentam as práticas de ensino no Brasil. Assim, busca-se, com esta pesquisa, dar a ver uma dimensão que constitui as práticas políticas que produzem sentidos sobre algo a ser considerado tema de interesse público e que organiza, pela escola, as práticas sociais. A presença de grupos de interesse na produção de políticas públicas é prática comum em sistemas democráticos, atividade realizada por grupos formalmente constituídos e que produz efeitos importantes sobre o modo como as políticas afetarão as práticas cotidianas. O estudo sobre o tema em pauta pode contribuir com o entendimento de que as políticas de educação não são aparatos jurídicos-administrativos acessórios. Estas são práticas que se realizam dotadas de estrutura e funcionamento, determinando a divisão social aparelhada por um complexo sistema capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lobbying. Políticas Públicas. Educação. Discurso.

